

# PLANO ESTRATÉGICO DE COMUNICAÇÃO



2016 - 2020

Bissau, Dezembro de 2015

Financiado pela União Europeia  
através do UE-PAANE



## **Agradecimento**

O plano de comunicação do GAECA PALMEIRINHA para o quinquénio 2016-2020 tem com propósito contribuir na mudança de normas sociais, atitudes, práticas e comportamentos da população em relação a preservação do meio ambiente. O mesmo reflecte o forte e permanente compromisso da instituição ONG PALMEIRINHA na melhoria do bem-estar da população guineense em geral e, de um modo particular, das localidades da intervenção do programa.

A propósito, expressamos os nossos agradecimentos à instituição e, de forma especial, à UICN, IBAP, incluindo os seus parceiros pela consulta facilitada e pela sua contribuição para a realização deste trabalho. Os nossos agradecimentos vão particularmente para os administradores das áreas protegidas de Buba e das Ilhas, pela disponibilidade e por ter facilitado o trabalho no terreno.

Também expressamos a nossa gratidão ao escritório da ONG PALMEIRINHA em Bissau, principalmente ao seu Director Executivo e a toda a sua equipa pelo frutuoso apoio e contributo prestado para a realização deste plano de comunicação.

Os nossos agradecimentos vão finalmente para os Directores e chefes de redacções das seguintes rádios comunitárias; Papagaio, Sintchan Occo, Bijagós e Djan-Djan, respectivamente nas regiões de Quinara, Gabu e Bolama Bijagós, pelas informações importantes facultadas e pela sua valiosa contribuição na realização deste trabalho.

A equipa está imensamente agradecida à ONG PALMEIRINHA, por ter acreditado e confiado à nossa equipa a elaboração deste plano e por ter podido contar com a sua incondicional participação, colaboração e parceira durante todo o trabalho.

Estamos dispostos a manter este canal constantemente aberto para novos desafios. Este Plano de Comunicação contou com apoio financeiro da União Europeia através da EU-PAANE.

Índice	Paginas
Siglas e abreviaturas .....	3
O País .....	4
Breve análise do sector da comunicação e o ambiente jurídico e institucional .....	7
Contexto e justificação da elaboração do Plano Estratégico da ONG PALMEIRINHA .....	7
Análise à situação institucional da ONG PALMEIRINHA e da Educação Ambiental na vertente ambiental, pedagógica e socioeducativa .....	8
Publico Alvo .....	12
Zonas de intervenção .....	13
Objectivos ... ..	13
Resultados.....	14
Metodologia e estratégias .....	15
Implementação .....	16
Conclusão e recomendações .....	16
Quadro logico de implementação .....	18
Orçamento .....	19
Anexo	
Bibliografia	

## **Siglas e abreviaturas**

BM - Banco Mundial

CAIA - Célula de Avaliação do Impacto Ambiental

CBD HABITAT – Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento HABITAT

GAECA - Grupo de Apoio à Educação e Comunicação Ambiental

GEF/PNUD - Fundo Global do Ambiente (Programa das Nações Unidas e do Desenvolvimento) GPC - Gabinete de Planificação Costeira

IBAP - Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

MAVA - Fundação para Protecção do Meio Ambiente

MEN – Ministério da Educação Nacional

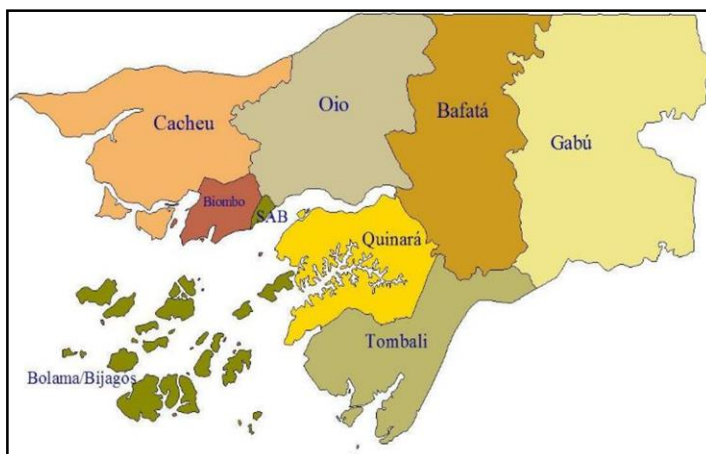
ODZH – Organização de Defesa das Zonas Húmidas

PRCM - Programa Regional Costeiro e Marinho da África Ocidental

SEADD – Secretaria de Estado do Ambiente e Desenvolvimento Durável

UICN - União Internacional da Conservação da Natureza

WI – Wetlands International



A Guiné-Bissau fica situada na Costa Ocidental do continente africano. A sua superfície é de 36.125Km<sup>2</sup>. O País é limitado a Norte, pela Republica do Senegal, a Sul e Leste pela República da Guiné e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

O território é constituído por uma parte continental e outra insular. Esta última abarca todo o território do arquipélago dos Bijagós, composto por cerca de nove dezenas de ilhas e ilhéus das quais só 21 estão povoadas.

Baseado nos dados do censo de 2009, a população da Guiné-Bissau é estimada em cerca de 1.449.230 habitantes. Segundo o referido censo geral, 69% da população vive no meio rural. A capital Bissau alberga 24% da população do país, seguida das regiões de Oio com 15,6%, Bafatá com 14,7, Cacheu com 14,5% e Gabú com 13,5%.

O conjunto de habitantes é caracterizado por uma população muito jovem: cerca de 48% da população tem menos de 15 anos de idade e 63% tem menos de 25 anos, 746.404 são mulheres, ou seja constituíam cerca de 52% da População.

A população Guineense é caracterizada por uma diversidade étnica considerável, tendo em conta a reduzida dimensão do país em termos de espaço geográfico.

Não existe um consenso sobre o conceito e o número das etnias no país. Os dados variam de autor para autor, oscilando geralmente entre dez a trinta etnias. No entanto, cinco grupos étnicos representam mais de 85% do total da população (Fula - 25,4%, Balanta - 24,6%, Mandinga - 13,7%, Manjaco - 9,3% e Pepel 9%).

A existência de grande diversidade étnica determina a existência de um mosaico linguístico. O crioulo é considerado a língua nacional sendo elo de comunicação entre pessoas de diferentes grupos étnicos. No entanto, uma boa parte da população, sobretudo nas zonas rurais do país, não consegue comunicar em crioulo, constituindo, por isso um obstáculo no relacionamento entre prestadores de serviços sociais públicos e certos grupos populacionais. O português, embora proclamado língua oficial, é pouco falado, sendo utilizado somente nos meios oficiais e por um pequeno número de Guineenses com elevado grau de formação.

O analfabetismo está a 37% entre as pessoas com mais de 7 anos de idade, segundo os dados do último censo geral. As mulheres com 5 e + anos, sem saber ler e escrever, são um total de 341.101 almas, enquanto os homens com 5 e + anos, sem saber ler e escrever é de 198.256.

Existem três principais grupos religiosos: muçulmanos (46%) animistas (36%) e Cristãos (15%).

No plano económico o país conheceu enormes dificuldades, efeitos do conflito político militar surgido em 1998. O sector privado, que já era pouco desenvolvido, foi fortemente fragilizado por essa crise.

O relatório sobre o índice de desenvolvimento humano, publicado em 2005, coloca a Guiné-Bissau na posição 172ª num total de 177 países do mundo, devido à persistência de indicadores sociais desfavoráveis dos quais a esperança de vida à nascença (44 anos) o nível de educação de base com uma taxa bruta de escolarização a volta dos 75% para os rapazes, 46% para as raparigas e 24% nas áreas rurais;

A instabilidade política institucional que vem caracterizando o país no período pós conflito conduziu a uma degradação profunda das condições de vida da população, donde 65% vive abaixo do limiar da pobreza (menos de 2 USD por dia).

## **2. Breve análise do sector da comunicação e o ambiente jurídico e institucional**

A análise é essencial para a selecção adequada e eficaz dos canais de comunicação do programa. Os meios de comunicação social têm o poder de agendar os temas que vão influenciar e formar as opiniões das pessoas uma vez que é a partir dos média que grande parte da população se mantém informada.

Foi em 1991, aquando da abertura política do país para a democracia, que a liberdade de imprensa foi concedida na Guiné-Bissau. É também desde essa data que há uma lei de imprensa que garante a livre expressão de iniciativas privadas através da criação de canais de informação, tais como a rádio, a televisão, os jornais, etc. O estatuto dos jornalistas é reconhecido por meio do Decreto nº 39/92.

E com a Lei nº 6/91, o Estado criou o Conselho Nacional para a Comunicação Social, que gere o funcionamento da comunicação no país. É esta instituição que autoriza a criação de órgãos de comunicação privados, arbitra os conflitos que nascem do sector. Este clima favorável à liberdade de expressão tem permitido a existência de uma paisagem muito rica dos média (meios de comunicação social).

### **2.1. Comunicação clássica**

De acordo com informações actualizadas do INASA/CICS, até finais de 2014, existe no país uma estação da rádio pública e perto de meia centena de estações de rádios comunitárias, duas rádios comerciais privadas, duas estações de rádio religiosas (uma católica e outra muçulmana), um canal de televisão pública, duas estações de televisão privadas. No entanto, apenas duas rádios conseguem cobrir todo o país: a Rádio católica (Rádio Sol- Mansi) e a RDN (Radio Difusão Nacional).

A imprensa escrita conta essencialmente com um jornal público do estado e seis outros órgãos de imprensa escrita privada, que aparecem nas bancas de uma forma regular (Nô Pintcha, Gazeta de Notícias, Bantaba di Nobas, Diário de Bissau, Última Hora e Donos da bola). A comunicação electrónica está em pleno crescimento no país desde o conflito político-militar de Junho de 1998; contudo, a conexão internet ainda não está a um custo acessível da maioria da população (cerca de 500 F CFA/1 hora).

O país dispõe ainda de três empresas de telecomunicações móveis, de entre as quais duas funcionais

(MTN e Orange); segundo as estimativas não oficiais, mais de 39% da população tem telemóvel.

A paisagem mediática e o sector das telecomunicações continuam, no entanto, sujeitos a grandes dificuldades. Assim, o facto da irregularidade da energia eléctrica e mesmo a ausência desta em alguns lugares do país, o acesso aos média continua bastante limitado pois é muito caro. Calcula-se que somente cerca de 10% da população tem meios para adquirir regularmente os jornais e seguir a televisão; a rádio continua a ser o meio de informação mais acessível. Não existem dados sobre a cobertura mediática.

## **2.2. Rádio**

O contexto global da Guiné-Bissau confere uma relevância destacada ao meio de comunicação que é a Rádio. A falta de uma rede eléctrica no país, os elevados níveis de pobreza conjugados com o analfabetismo, remetem a imprensa escrita para uma elite da capital e a televisão para uma parte ainda mais ínfima, não contabilizada por falta de meios, mas estimada informalmente em cerca de 5% da população.

A rádio é o meio por excelência na Guiné-Bissau, não só pelo baixo custo, pela mobilidade, fácil acesso, pela adaptação e flexibilidade de línguas e dialectos e por ser a única fonte de informação para uma população com cerca de 50% de adultos analfabetos.

A rádio é um instrumento por excelência integrado e a integrar em todas as estratégias e abordagens, seja de uma associação local ou de uma organização internacional, para alcançar objectivos programáticos que esbarram constantemente com as normas e convenções sociais instituídas nas comunidades e que não se alteram apenas de um modo formal e institucional, mas sim e fundamentalmente através de acções que privilegiem a comunicação, visando a transformação social e mudança de mentalidades.

A proliferação de rádios comunitárias por todo o continente e ilhas que difunde essencialmente em dialectos locais e a adaptação das rádios nacionais a um mosaico cultural e étnico complexo, ampliando o sinal e garantindo a cobertura de todo o país, com noticiários e programas seleccionados e transmitidos em português ou crioulo e posteriormente disseminados em dialectos locais, cria uma ligação e uma oportunidade única para a maioria da população guineense.

## **2.3. Outros canais de comunicação**

Outros recursos de informação e de comunicação ao nível das Tabancas são as estruturas estatais mais descentralizadas, nomeadamente o pessoal da saúde, da educação, das ONGs, os líderes de associações, das estruturas do poder tradicional, líderes espirituais, os curandeiros tradicionais, as pessoas influentes na comunidade.

A autoridade administrativa do nível descentralizado (administradores de sector e outros departamentos do estado representados a este nível) são também de referência e merecem ser fortemente implicados e de forma sistemática numa interacção com a comunidade, não em situações pontuais, como tem sido notória e bem evidenciada prática, por serem importantes recursos para ajudar a informar, comunicar e a mobilizar até os recursos para apoiar iniciativas locais.

Os líderes tradicionais (régulos e chefes e/ou comités de Tabanca), líderes espirituais e religiosos constituem recursos a não subestimar, aliás, possuem capacidades consideráveis de mobilização e promoção de mudanças de normas sociais almejadas para o desenvolvimento local sustentável e equilibrado.

Os métodos usados na sua comunicação ou interacção permitem a cumplicidade directa entre os dialogantes e os compromete perante as decisões a implementar ou consensos alcançados em relação àquilo que é mais útil e compatível com as normas sociais comunitárias. A comunicação vincula os mecanismos de controlo e fiscalização dos desvios às regras estabelecidas para cada matéria de utilidade colectiva e de interesse para o conhecimento das gerações vindouras. Por isso, os interlocutores da comunicação tomam em atenção os critérios que favoreçam a coexistência entre os factores do respeito pela senioridade, pela sabedoria, pelo sagrado e a coesão social. Daí não ser estranho haver derramamento de líquidos aos espíritos, al-fátia, bênção colectiva para personalidades de destaque ou de juramentos face a uma decisão e outros actos que simbolizem a presença do sagrado ou a legitimação da palavra, das decisões ou de compromissos acordados nos encontros.

Tanto as formas de comunicação moderna ou de massa, como da dita "comunicação tradicional" são potenciais meios de difusão de conhecimentos pois, a nosso ver, não existe comunicação tradicional, mas sim comunicação usando instrumentos tradicionais que existem na Guiné-Bissau e que constituem um potencial capital de meios, canais e suportes que devem ser aproveitados, em complementaridade, para o alargamento e aprofundamento dos extensos e complexos trabalhos de promoção das mudanças de mentalidade, através da comunicação para o desenvolvimento.

A influência dos diversos meios de comunicação na construção da realidade, ajudam a estruturar a imagem da realidade social, informam e formam novas opiniões e crenças. Partimos assim da percepção da rádio como um meio de comunicação capaz de gerar e fixar representações acerca de fatos, pessoas, espaços e datas e sendo um lugar de memória.

### **3.Contexto e justificação da elaboração do Plano Estratégico da ONG PALMEIRINHA**

Os desafios de desenvolvimento, os propósitos de conservação e utilização racional dos recursos naturais, a educação ambiental encerram uma problemática tão abrangente quão importante para garantir a perenidade das mais variadas acções de conservação ambiental levadas a cabo por instituições estatais, privadas e da sociedade civil organizada nas suas diversas formas.

Estas deverão ser as primeiras a desejá-los e a entender as suas vantagens, passando a ter um papel cada vez mais importante na luta contra a exploração desenfreada dos recursos naturais e para que o ambiente sirva, de facto, os desígnios de desenvolvimento e o bem-estar do cidadão.

O Plano Estratégico 2016/2020 a que a ONG Palmeirinha se propõe elaborar, encontra, neste momento, condições propícias para a sua posterior implementação, pois, o nível de degradação ambiental na Guiné- Bissau vem progredindo, circunstância objectiva e merecedora da atenção do Executivo ao inclui-la no seu programa de governação no qual se destaca a participação das comunidades nas tarefas de conservação ambiental.

A tudo isto se alia o exposto, em matéria de educação ambiental e sensibilização do grande público, nos diferentes documentos de política no domínio do ambiente existentes na Guiné-Bissau, tais como a Estratégia e Plano de Acção para a Conservação da Diversidade Biológica, o Plano Director Florestal Tropical, a Estratégia para as Áreas Protegidas, a Estratégia do IBAP 2016/2020, o Plano de Acção de Adaptação às Alterações Climáticas (a curto prazo), o Plano de Acção Nacional de Luta contra a Desertificação, entre outros.

Podemos trazer à luz vários exemplos que no passado enformaram os esforços nacionais em

matéria de educação ambiental, incluindo, as campanhas de consciencialização nos órgãos de comunicação social sobre problemas ambientais a chamada Rádio Ambiente sob cuidados da então Secretaria de Estado do Ambiente, Turismo e Artesanato, e, seguidamente, através do Programa de Informação, Comunicação, Educação para o Ambiente (PACIPE), publicações regulares de brochuras, boletins sobre temas ambientais, gestão de recursos e património natural tais como PECA “Palmeirinha”, executada pela UICN em colaboração com o Ministério da Educação Nacional, Revista Matu Malgós da Tiniguena, Jornal ECO da Alternag, Notícias de Planificação Costeira, calendários e postais da Tiniguena, bem como a realização de debates radiofónicos, palestras e emissões nas rádios comunitárias sobre esta temática, acções levadas a cabo.

As próprias acções empreendidas no quadro do Programa da UICN na Guiné-Bissau ao longo de quase três décadas, também, se revelam impactantes aquelas que se relacionam com a educação ambiental, dando corpo ao chamado Programa de Educação e Comunicação Ambiental Palmeirinha consubstanciado na edição regular do Boletim de Educação e Comunicação Ambiental “Palmeirinha”, a que acresce a criação e consolidação das Escolas de Verificação Ambiental (EVA) com particular destaque para as de Suzana e Elia.

De registar a entrada numa nova etapa, na qual o PECA transformou-se numa Organização Não-Governamental para dar continuidade aos trabalhos empreendidos, ganhando, cada vez mais consistência em três vertentes fundamentais: pedagógica, ambiental e socioeducativa, cuja avaliação é descrita.

Ainda ao encontro das actividades de sensibilização sobre a exploração e uso sustentado dos recursos naturais levadas a cabo pela ONG-Palmeirinha se direcciona o recente documento “Plano Estratégico e Operacional 2015/2020 Terra Ranka que foi presente à Mesa Redonda de Genebra em Março passado na qual conservação da diversidade biológica é eleita como uma das acções prioritárias a empreender a nível nacional para atingir o almejado desenvolvimento sustentável.

#### **4. Análise à situação institucional da ONG PALMEIRINHA e da Educação Ambiental na vertente ambiental, pedagógica e sócio-educativa**

A inoperacionalidade dos órgãos estatais não permitiu ao Estado desempenhar as atribuições e exercer as devidas competências. O fundamental na definição de qualquer sistema institucional é a relação do Estado com a sociedade nos múltiplos mecanismos de interacção, entrosamento e colaboração.

Com base nisto, a educação ambiental pela sua especificidade foi assumida pelo Ministério da Educação que, à luz das novas realidades em presença, delegou na ONG-Palmeirinha as tarefas de incrementar acções no domínio e vertentes ora anunciados.

Para aprofundar a nossa análise, devemos fazer referência ao Artigo nº 5 dos Estatutos desta ONG PALMEIRINHA sobretudo no que, aos objectivos 1, 4, 5, 9, diz respeito.

Quanto à implementação das actividades na vertente pedagógica há uma total clarividência dos objectivos propostos que se traduziram em acções de capacitação de professores de Biologia que se estendeu até a docentes de outras da disciplinas.

Durante todo esse processo a ONG-PALMEIRINHA centrou os seus esforços na criação e consolidação dum corpo docente qualificado a que se aliou a preparação dum acervo

bibliográfico com especificidades.

Denota-se a escassez da ONG-PALMEIRINHA em recursos humanos para se ver envolvida nesse ambiente institucional débil proporcionado pela indefinição do papel de cada actor ou interveniente em mobilizar sinergias e acções de complementaridade no domínio que é a educação ambiental. Neste contexto específico, a ONG-PALMEIRINHA assumiu, trabalhou e consolidou por si o papel de líder com todas as fraquezas que ela mesma reconhece, tendo em conta os resultados do inquérito a alunos dos cursos técnicos do Liceu Politécnico SOS Hermann Gmeiner de Bissau.

Ainda, na base das constatações feitas com base no aludido inquérito revela-se fundamental mencionar que não há qualquer indicador sobre as acções de capacitação de professores da disciplina de Biologia e de outras matérias constantes do curriculum escolar na especialidade de Saúde Pública e Meio Ambiente do estabelecimento acima mencionado, ou seja, esse assunto é desconhecido.

Ora a própria dinâmica que a criação de Parques e de outras áreas protegidas conheceu, permite colocar a vertente ambiental no topo de todas as acções da ONG-PALMEIRINHA e que a reservou um lugar de destaque nos seus Estatutos.

Como é óbvio, informações e conhecimento sobre as actividades da ONG-Palmeirinha serão melhor obtidos entre as comunidades residentes nas áreas protegidas do que nos meios escolares dos centros urbanos.

Isto deve-se a razões seguintes e que se reportam à génese deste processo vista nestes moldes:

-Programa de Educação e Comunicação Ambiental Palmeirinha nasceu dentro dum contexto particular caracterizado por uma crescente preponderância actividades de conservação ambiental no centro das prioridades governativas que se consubstanciaram na instalação do Programa da UICN na Guiné-Bissau (Projecto da Planificação Costeira e mais tarde Programa com o mesmo nome) desde 1988 e posteriormente com o participado processo de criação, de factum e de jure, das áreas protegidas a que continuamos a assistir;

-Realização do Atelier de Bubaque em 1990 do qual saíram importantes recomendações, nomeadamente, a necessidade de reforço da consciencialização das comunidades acerca da protecção de espécies raras e em vias de extinção, tais como crocodilo, papagaio cinzento e outros;

Este assunto contou, na altura, com um forte apoio da Direcção Geral das Florestas e Caça ao financiar a edição de posters sobre a matéria.

-Assumpção política, ao mais alto nível, dos assuntos do Ambiente com institucionalização do Conselho Nacional do Ambiente em 1992 (Decreto 24/92, de 23 de Março), e participação na Cimeira do Rio;

-Criação da Secretaria de Estado do Ambiente, Turismo e Artesanato em 1994 (Decreto Presidencial nº2/94) e posterior emissão do programa radiofónico Radio Ambiente e de execução do Projecto Regional PACIPE;

-Adopção, aprovação, ratificação e adesão às Convenções da Geração do Rio em 1995, o que veio reforçar ainda mais as iniciativas ligadas à educação ambiental.

Ao analisarmos essas informações podemos concluir que na vertente ambiente se concentram as realizações da ONG-PALMEIRINHA e é, deveras, o ponto forte das suas acções.

Informações recolhidas junto de várias Rádios, nomeadamente, a Rádio Bombolom FM, Rádio Djangjan (Bubaque) e Kassumai (São Domingos), indicam que esse elemento nuclear serviu de premissa fundamental para a proliferação desses meios de comunicação em todo o território nacional. Perante esta indissociabilidade entre essas vertentes, a sócio-educativa apresenta-se com mais consistência porque se capitalizou da experiência das outras para atingir os objectivos a que se propõe a ONG-PALMEIRINHA.

As comunidades passaram a obter informações sobre a importância da conservação ambiental nas suas lides diárias e, quiçá, a sua responsabilização, envolvimento e comprometimento com o futuro das gerações vindouras.

Para além do já anunciado papel que as rádios comunitárias desempenham nestas lides de conservação ambiental, as sessões de conscientização promovidas contribuíram no aparecimento de líderes de opinião em matéria de educação ambiental no seio das comunidades.

Nesta vertente sócio-educativa teve muita expressão que se traduziu em resultados práticos, como se pode constatar no Relatório de Avaliação do Projecto Viveiro de Palmeira e Cobes nas Matas de Nhala, cuja execução foi confiada à Associação de Mulheres Produtoras de Óleo de Palma (AMPOP).

À luz dos dados constantes do Diagnóstico de produção e venda de óleo de palma no seio da família

AMPOP num universo de 62 produtores desse bem alimentar e pela natureza desse trabalho cerca de 93% são mulheres.

Em 2015 e em conformidade com o Relatório em apreço, só 1 membro não se dedicou a extracção de óleo de palma o que correspondeu a 1,6%, 13 produtores venderam na totalidade o produto obtido equivalendo isso a 20,9%, 48 comercializaram mais de metade da quantia produzida, ou seja, 78,6 % e 5 venderam menos de metade desse produto comestível estimado em 8,1%.

Analisando os dados descritos é fácil concluir que a mensagem da ONG-Palmeirinha tem tido impactos positivos, contribuindo para a mudança da mentalidade e, concomitantemente, a luta contra a pobreza, promovendo o desenvolvimento durável e a conservação ambiental.

O quadro ilustrativo 1 que em baixo se apresenta abaixo traduz em termos práticos a análise acima efectuada e servindo ponto de partida para a elaboração do presente plano.

Ele reporta-se aos seguintes parâmetros: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças e em que são também fundamentais para dar forma a este documento e vem expresso no quadro ilustrativo nº1.

## **5.Forças**

PALMEIRINHA, ONG de referência na Guiné-Bissau na área da educação ambiental, desenvolvimento de materiais de formação e de comunicação, capacidade de formar (educação ambiental, valorização da biodiversidade);

- Instalada, conhecida e reconhecida como uma rede estabelecida de colaboradores (escola, a rádio comunitária) e ao nível sub-regional;
- Estreita colaboração com instituições de vocação ambiental (IBAP, IUCN, GPC, SEADD);
- Membro da União Internacional da Conservação da Natureza (UICN) na Guiné- Bissau e do Programa Regional Costeiro e Marinho da África Ocidental (PRCM);
- Produção de meios de comunicação que parecem acessíveis ao público profissional e não profissional;
- Dispõe de website e do Boletim PALMEIRINHA.

### **5.1. Fraqueza**

- Falta de estrutura interna (ausência de documento de orientação estratégica, não realização de Assembleia Geral desde 2007);
- Insuficiência dos recursos humanos na organização;
- Falta de um arquivo físico e informático para as produções/publicações da PALMEIRINHA;
- Frac capacidade de mobilização de fundos dos parceiros para a implementação das acções de educação a longo prazo;
- Frac formação do pessoal no domínio da elaboração de projectos;
- A ONG PALMEIRINHA não dispõe de uma Sede Própria.

### **5.2. Oportunidades**

- Vontade politica declarada respeitante à biodiversidade como eixo transversal no programa de desenvolvimento do governo;
- Existência da rede dos professores e jornalistas ambientais nas zonas de intervenção da ONG PALMEIRINHA
- Existência dos parceiros potenciais no domínio da conservação (UICN, IBAP, SEADD, MEN, PRCM, MAVIA, GEF/PNUD, BM, GPC, CAIA, ODZH, WI, CBD HABITAT);
- Existência de expertise no domínio de conservação e do desenvolvimento sustentável;
- Reconhecimento acrescido da necessidade de Educação Ambiental ao nível Internacional;
- Integração da Educação Ambiental no currículo escolar –lei 4/2004 de 29 de Março.

### **5.3. Ameaças**

- Dependência da ajuda externa através de projectos de curta duração e que não são regulares;
- Instabilidade política e institucional;
- Falta de colaboração interinstitucional.

### **5.4. Necessidades**

- Reforço da capacidade dos recursos humanos;
- Sustentabilidade ambiental;
- Empoderamento das comunidades;
- Recursos financeiros consistentes e a longo prazo.

## **6. Visão, Missão e Valores**

### **6.1. Visão**

A visão da ONG Palmeirinha neste plano se baseia numa política do ambiente virada para a conservação e utilização racional dos recursos naturais na qual o cidadão é chamado a participar pelo que a sua acção tende a ser assumida e equivaler-se às do Estado

### **6.2. Missão**

A missão da ONG Palmeirinha é de informar, educar e comunicar a sociedade guineense, os

decisores, sector privado para que utilizem de forma durável os recursos naturais e a biodiversidade, assegurando mudança de atitudes e comportamentos que atentem contra o ambiente nas Áreas Protegidas (AP) e na sua generalidade e contribuir para a valorização dos recursos naturais conservando o património natural e cultural para as gerações presentes e futuras.

### **6.3. Valores**

A defesa do ambiente e a participação do cidadão na conservação dos recursos naturais são valores que a ONG Palmeirinha coloca no centro das prioridades da sua actuação e no sentido de se assegurar um desenvolvimento sustentável.

Esses valores tornam-se ainda mais relevantes do ponto de vista ambiental devido à elevada e redobrada importância mundial que muitos ecossistemas concentrados nas áreas protegidas da Guiné-Bissau têm para na manutenção do equilíbrio ecológico entre as várias espécies animais e vegetais, cuja sobrevivência é salvaguardada.

Por isso ao se dedicar a essa actividade de educação ambiental de tamanha nobreza, a ONG Palmeirinha deverá também priorizar as espécies que ocorrem na Guiné-Bissau consideradas globalmente ameaçadas e também deverá contribuir na mudança de mentalidade para que haja menos atitudes agressivas ao ambiente e a bem da Humanidade.

A ONG PALMEIRINHA é uma organização comprometida com a construção de um desenvolvimento sustentável e ambientalmente justo. Esses compromissos serão realizados fortalecendo a integração social, valorizando as tradições e práticas das comunidades rurais e fortalecendo as organizações da sociedade civil para que se tornem sujeitos do mais amplo processo de mudança que assegure opções e oportunidades para todas as pessoas.

## **7. Público alvo**

**7.1. Categorizado em primários os actores da instituição da aprendizagem de novos valores:**  
o aluno e o professor

**7.2. Secundário os que exercem de forma directa a pressão sobre a natureza:**

- agricultores,
- pescadores, o caçadores,
- madeiros,
- ponteiros,
- curandeiros,
- extraidores do vinho de palmo e de cibes.

Outros grupos alvos passivos sem interferência directa sobre a terra, mas com uma influência sobretudo no grupo secundário, estamos a querer ter em conta as estruturas:

- o poder, tradicional e religiosa local,
- as organizações locais,
- associações e estruturas (mandjuandade) locais.

**Grupo alvo primário considera ou denominamos de formal:** o aluno e o professor, aliás a instituição de aprendizagem e de formação, fácil e rápida aceitação dos conteúdos, ainda caracterizado como grupo ou interlocutor da promoção da mudança associado aos médios.

Grupo alvo secundário e outros, considera informal se caracteriza por sua realização fora da

escola, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e um público-alvo muito variável em suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, etc.).

A caracterização de primários, secundários e outros não porque um sobrepõe o outro ou é mais importante que o outro. É certo que um exerce maior influência sobre a natureza que o outro, mas, todos acabam de uma forma ou outra interferindo nos ecossistemas, culminado com numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais; água, plantas, animais e nos recursos haliêuticos, etc.

## **8. Zonas ou localidades estratégicas de intervenção**

As zonas protegidas e os parques naturais nos arquipélagos dos Bijagós, nomeadamente nas Ilhas de Orango, Canhabaque, Bubaque, Formosa e Uno; Sul, Leste e Norte, respectivamente os Parques Naturais da Lagoa de Cufada na região de Quinara, Dulombe em Boé e de Cacheu.

## **9. Objectivo**

Este Plano Estratégico (2016/2020) tem por objectivo estratégico contribuir para o desenvolvimento socioeconómico sustentável do país, através de acções educativas concretas que visam apoiar, de forma participativa toda a sociedade guineense, os esforços nacionais de conservação ambiental e, igualmente, a mudança de atitudes "agressivas" ao ambiente, promover uma nova mentalidade na qual a complexa questão da utilização racional dos recursos naturais é uma prioridade eleita.

O documento em apreço visa contemplar ainda outros aspectos temáticos importantes que é o caso das alterações climáticas, assunto a mobilizar toda a atenção da comunidade internacional. Contribuir para o desenvolvimento sustentável e duradouro das comunidades através de fortalecimento das capacidades dos actores locais, promovendo as boas práticas e normas socioculturais protectoras do ambiente.

As acções do plano inscreve-se no âmbito da sua visão de desenvolvimento local sustentável, guiado ao abrigo e pelo espírito da sua missão e orientados nos esforços globais dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ainda visa contribuir para a redução da pobreza, para o fortalecimento do diálogo permanente entre os diferentes actores, para a promoção da gestão racional dos recursos, a inovação e pesquisa constantes.

O plano de comunicação está em estreita sintonia e articulação com os ODS e obviamente vai contribuir para o alcance dos seguintes objetivos e metas aqui indicados:

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

### **Meta Até 2020**

a) Promover a implementação e gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o

reflorestamento globalmente;

b) Contribuir na tomada de medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, sobretudo nas zonas protegidas;

c) Contribuir a deter a perda de biodiversidade e, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

d) Influenciar a tomada de medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas;

e) Advogar para a integração dos valores dos ecossistemas e da biodiversidade no curriculum escolar

f.) Aumentar significativamente, esforços na mobilização de recursos a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

A educação e comunicação ambiental ao nível nacional e, particularmente das Áreas Protegidas, constituirá a missão principal em torno do qual se vai articular toda a acção do plano, na perspectiva de educar para a conservação, conciliando as especificidades sociais e culturais das populações.

### **9.1. Resultado**

Os resultados irão focar-se principalmente em três aspectos essenciais:

-Melhorado o conhecimento das comunidades nas localidades de intervenção do programa sobre a gestão durável e sustentável dos recursos locais;

-Adoptados os comportamento que contribuem para à preservação das áreas protegidas;

-Consciencializadas as comunidades das localidades de intervenção a preservar o seu habitat;

-Publicado regularmente o Boletim Palmeirinha;

-Realizado anualmente visitas de intercâmbio e passeios ecológicos nas áreas de importância de conservação

- Difundido regularmente programas áudio nas rádios locais.

### **10. Metodologia para a implementação do plano**

A implementação do presente plano estratégico quinquenal de comunicação pressupõe como método discussões por meio de grupos focais, ministradas pela equipa multidisciplinar tendo em conta as vicissitudes e os costumes locais. Diversos conteúdos serão concebidos em função dos grupos sociais, estes materiais servem de suporte para acções educativas comunitárias. A metodologia é participativa, orientada pelo método da pesquisa-acção, diálogo. Os resultados da reflexão crítica sobre os temas ambientais tratados serão amplamente divulgados pelos próprios participantes, como experiência, médias locais, Boletim PALMEIRINHA e no Site e outras redes sociais interessadas.

Aliás, propõe-se a ser espaço de comunicação ambiental dinâmica, paralela aos espaços mediáticos, que se baseia na intervenção social, com o fim de debater os problemas socio-ambientais contemporâneos e as práticas sustentáveis que podem ser incorporadas no quotidiano de cada um. A proposta está articulada com as mudanças sociais e paradigmáticas contemporâneas.

Considera a educação ambiental elemento estratégico na consciência crítica das relações sociais e de produção que envolvem a população e a natureza. Ele segue a linha de pensamento de Paulo Freire, para quem os seres humanos se educam reciprocamente e mediados pelo mundo. Dessa forma a educação é um acto político, um espaço de actuação humano e de formação.

### **11. Estratégia**

A visão estratégia articula-se à volta da promoção da chamada “conscientização ambiental”.

agindo sobre os factores comportamentais e normas sociais, pressupostos que comprometem o desejado equilíbrio entre o homem e a natureza.

#### Eixo estratégico 1: Comunicação para o desenvolvimento

**Objectivo estratégico:** Promover a mudança constante de comportamento e de atitudes em salvaguarda de um meio ambiente seguro às gerações vindouras

**Principais actividades:**

- i. Fomentar a criação de uma rede funcional de jornalistas ambientalistas das rádios comunitárias
- ii. Advogar e desenvolver a capacidade dos parlamentares, jornalistas e outras partes interessadas na salvaguarda de um meio ambiente seguro, sobretudo das áreas protegidas.
- iii. Conceber suportes de comunicação para apoiar a implementação das actividades do programa.
- iv. Assegurar o diálogo permanente com a população e as comunidades residentes e fora das áreas protegidas.

#### Eixo estratégico 2: Formação e o empoderamento

**Objectivo estratégico:** Garantir a sustentabilidade das intervenções nas zonas e fora das áreas protegidas

**Principais actividades:**

- i. Reforçar permanente de capacidades de atores da intervenção ao nível da comunidade das áreas protegidas (animadores, voluntários e outros trabalhadores e líderes) no domínio da protecção e promoção do meio ambiente
- ii. Realizar sessões de formação de todos os professores residentes e fora das áreas protegidas anualmente

#### Eixo estratégico 3: Inovação e o entretenimento

**Objectivo estratégico:** Inovação e entretenimento como forma de aprendizagem de novos valores, atitudes e comportamentos na procura constante de identidade própria sem pôr de lado os valores da diversidade socio-cultural

**Principais actividades:**

- i. Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com os média, grupos e organizações com ampla estrutura e cobertura nas localidades de intervenção, com base em uma abordagem integrada para promover a mudança de comportamento e a transformação social e contribuir para a implementação do programa;
- ii. Realizar sessões de entretenimento e de intercâmbio regular de experiência entre os grupos de interesses económicos residentes e fora das áreas protegidas anualmente e rotativamente
- iii. Promover sessões de cinema e debate sobre os ecossistemas florestais, a biodiversidade, as indústrias extractivas, alterações climáticas no seio das comunidades residentes e fora das áreas protegidas

#### Eixo estratégico 4: Pesquisa

**Objectivo estratégico:** A procura por melhores resultados é algo imprescindível para a ONG PALMEIRINHA se manter competitiva.

**Principais actividades:**

- i. Realizar o inquérito CAP para avaliar o nível de conhecimento e definir o basiline;
- ii. Produzir e divulgar através de vários canais de comunicação (virtual e clássico) artigos e conteúdos de visibilidade, incluindo lições e experiências;

iii. Publicar regular e sistematicamente o Boletim PALMEIRINHA, newsletter e cartazes para melhor compreensão da Natureza

## **12. Implementação**

Articula em torno de três componentes essenciais da comunicação, a seguir destacadas e completada com acções da formação, pesquisa, inovação e entretenimento.

i. A advocacia e a comunicação externa informa e incentiva os líderes a criarem um ambiente de apoio para alcançar os objectivos do programa e metas de desenvolvimento.

ii. A Mobilização Social compromete e apoia a participação das instituições, comunidades, redes, grupos, sociais/cívicos ou religiosos nos grupos para aumentar a procura de ou sustentar o progresso em direcção a um objectivo de desenvolvimento.

iii. A comunicação para a mudança de comportamento promove dialogo entre indivíduos ou grupos, motiva a participação, resolve problemas, contribui e ajuda a planear, com o objectivo de promover e sustentar a mudança de comportamento.

## **13. Conclusão e recomendações**

A comunicação é a componente essencial, imprescindível para a mudança de normas sociais, através da qual é possível alcançar a mudança de atitudes e conseqüentemente a de comportamento. Além de acções de consciencialização devem promover-se iniciativas educativas de índole formal dirigidas aos distintos grupos alvos (participantes) na perspectiva de viabilizar os comportamentos positivos dos seus membros. Para o efeito, é necessário um engajamento global que favoreça intervenções multisectoriais e multifacetadas planificadas de carácter intra e intersectorial, assumindo os órgãos de comunicação social a função de “pivot” dessas intervenções. A eficácia e consistência são atributos indispensáveis que devem caracterizar qualquer estratégia, em particular a relacionada com as práticas socioculturais seculares.

Salienta-se que embora tenham sido efectuadas inúmeras iniciativas de comunicação ao longo do tempo, abordando diferentes assuntos relacionados com a conservação e a preservação do meio ambiente, ela não originou como era de esperar resultados positivos consideráveis. Esse facto ocorreu devido, entre outras razões, à descontinuidade das acções levadas a cabo, realidade constatada na Análise da Situação. Com efeito, segundo informações obtidas de determinados actores de comunicação, algumas actividades realizadas inicialmente foram paralisadas a um dado momento, devido à escassez ou falta de recursos materiais, logísticos, humanos e sobretudo financeiros. É de supor, que caso sejam reunidas condições indispensáveis para uma adequada implementação de uma actividade objectiva e perseverante de comunicação, os objectivos preconizados nesse âmbito seriam alcançados.

### **13.2. Recomendações**

A Guiné-Bissau congrega um valioso património natural, cuja degradação tem sido factor de preocupação de alguns sectores da vida nacional. Tais propósitos estão na base de adopção de instrumentos institucionais dos quais citamos as diversas estratégias e planos de acção no domínio ambiental, realidade a que se associam as actividades de conservação e de desenvolvimento durável em curso.

Todos esses pressupostos nacionais concorrem para a viabilização dos esforços de educação ambiental. Portanto, este Plano Estratégico deve ser encarrado como uma questão crucial para

ONG-PALMERINHA.

Pelo exposto, apresentamos as recomendações que adiante se indicam:

**i.** Priorizar e facilitar a criação de parcerias estratégicas para assegurar financiamento e definir moldes da sua execução;

**ii.** Promover campanhas de informação e de conscientização permanente junto dos principais actores de modo a consolidar a imagem da ONG- PALMERINHA;

**iii.** Valorizar as acções dos Projectos (estatais, de outras ONG's) em curso e para fins de educação ambiental e transformar isso numa oportunidade;

**iv.** Proporcionar a apropriação da experiência da ONG- PALMERINHA por parte de outras associações de base, agrupamentos na óptica duma paulatina especialização em matéria de educação ambiental;

**v.** Valorizar as disposições legais existentes em matéria de conservação ambiental e priorizar a sua disseminação como meio de educar

14. Quadro da implementação

Eixo Estratégico	Principais Acções	Resultado	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Comunicação para o desenvolvimento	Fomentar a criação de uma rede funcional de jornalistas ambientalistas	Existência da rede	# de jornalistas membros da rede	Documentação	Fundos para
	Advogar e desenvolver a capacidade dos parlamentares, jornalistas e outras partes	Parlamentares e Jornalistas tornados	# parlamentares formados	Relatórios de formações realizadas	Falta de verbas
	Conceber suportes de comunicação para apoiar a implementação das actividades do programa	Produtos concebidos e	# de suportes	Disponibilidades	Fundos
	Assegurar o diálogo permanente com a população e as comunidades das áreas protegidas	Realizadas três sessões de diálogo nas	# sessões de diálogo realizadas	Relatório	Recursos humanos Fundos
	Produzir programas radiofónicos	Realizados programas	Numero de emissões por		
Formação e o empoderamento	Reforço permanente de capacidades de actores da intervenção ao nível da comunidade das áreas protegidas (animadores, voluntários e outros)	Formados os actores de intervenção de todas as áreas	# de actores formados	Relatório da formação	Fundos
	Realizar sessões de formação de todos os professores das áreas protegidas anualmente	Formados todos os Professores das AP	# de Professores das AP	Relatório	Fundos
Inovação e o entretenimento	Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com os médias, grupos e organizações com ampla estrutura e cobertura nas localidades de intervenção, com base em uma abordagem integrada para promover a mudança de	Estabelecidas parcerias estratégicas com; medias audio locais (AP). estrutura do	# de parcerias estabelecidas	Documento do acordo	Fundos
	Realizar sessões de entretenimento e de intercâmbio regular de experiência entre as áreas protegidas cada ano e rotativamente	Realizada anualmente a semana de	Semana de intercâmbio realizada	Relatório e outra documentação	Fundos
	Realizar o inquérito CAP para avaliar o nível de conhecimento e definir o baseline	Realizado o inquérito CAP sobre o comportamento das	# de comportamento identificado	Relatório do inquerito CAP	Fundos

Eixo Estratégico	Principais Acções	Resultado	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Pesquisa	Produzir e divulgar através de vários canais de comunicação (virtual e clássico) artigos e conteúdos de visibilidade incluindo lições e experiências	Publicados artigos nos média nacionais e on line Programas emitidos nos	# de artigos produzidos e editados on line	Artigos publicados on line Programas audio emitidos	Recursos humanos
	Publicar regular e sistematicamente o Boletim PALMEIRINHA	Publicadas quatro edições anualmente do Boletim	# Boletins publicados	Disponível	Recursos Humanos Fundos

## 15 Orcamento anual em FCFA

Estratégia	Actividades	Custo em FCFA				
		Total anual				
		A1	A2	A3	A4	A5
Comunicação para o desenvolvimento	1. Fomentar a criação de uma rede funcional de jornalistas	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
	2. Advogar e desenvolver a capacidade dos parlamentares, jornalistas e outras partes interessadas na salvaguarda de um meio ambiente seguro, sobretudo das áreas protegidas	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000
	3. Conceber, produzir e reproduzir suportes (visuais e audio) de comunicação para apoiar a implementação das actividades no ambito da promocao do meio	3.500.000	1.000.000	1.000.000	500.000	500.000
	4. Assegurar o diálogo permanente através de animadores com as comunidades das	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
	5. Produzir e difundir programas radiofonicos	750.000	750.000	750.000	750.000	750.000
Formação e o empoderamento	6. Reforçar permanente a capacidades de atores da intervenção ao nível da comunidade das áreas protegidas (animadores, voluntários e outros trabalhadores e líderes) no domínio da protecção e promoção do meio	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
	7. Realizar sessões de formação de todos os professores das áreas protegidas	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
Inovação e o entretenimento	8. Estabelecer parcerias e alianças estratégicas com os médias, poder tradicional e religioso, grupos e organizações de base nas localidades para apromocao da mudanca de comportamento e transformacao social e contribuir para na	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000

	9. Realizar sessões de entretenimento e de intercâmbio regular de experiência	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.750.000
Pesquisa	10. Realizar o inquérito CAP para avaliar o nível de conhecimento e definir	5.000.000		5.000.000		5.000.000
	11. Produzir e divulgar através de vários canais de comunicação (website, facebook, jornais e outros) artigos e conteúdos de visibilidade incluindo lições e	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000
	12. Publicar anualmente 4 edicoes do Boletim PALMEIRINHA (1 por	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000
TOTAL ANUAL		25.000.000	17.500.000	22.500.000	17.000.000	22.000.000

Fundamento / argumento das estratégias

Ficha operacional de planificação anual

Ficha de registo para actividades de diálogo a base comunitária

### Comunicação para o desenvolvimento

Face ao reiterado agravamento da problemática dos fenómenos negativos de conservação, ou melhor, de preservação do meio ambiente na Guiné-Bissau, por uma população em crescente crescimento, a mudança de comportamento em relação ao meio circundante requer e adquire um papel preponderante e a comunicação para o desenvolvimento surge como estratégia adequada e o diálogo se elege como abordagem de facilitação à devida articulação. Com efeito, ela deve marcar a sua presença de forma eficaz, dinâmica e reiterada, no intuito de atenuar e, se possível, eliminar as causas de conflito e contribuir na resolução dos problemas ambientais.

Associada e articulada a estratégia de mobilização social para uma maior abrangência possível, visando a veiculação de informações e de conhecimentos sobre diferentes aspectos relacionados com a preservação do meio ambiente, por um lado e, por outro, estabelecer como uma das suas principais tarefas prevenir a população em geral e os integrantes de determinados grupos alvos vulneráveis de problemas ambientais, contribuindo assim, sobretudo para o decréscimo da utilização abusiva e irracional da fauna e da flora, ela visa veicular conteúdos preventivos destinados aos grupos alvos vulneráveis que contribuam na mudança de atitudes e comportamentos negativos sobre o fenómeno em causa.

A necessidade de maior abrangência possível acima referenciada pressupõe que, para lutar contra os fenómenos negativos, todos têm que manifestar um engajamento global. Daí que devem ser implicadas Instituições públicas, privadas, ONG's, confissões religiosas e Associações de Base Comunitárias, entre eles destacando-se os técnicos de outros sectores capacitados e engajados no processo, activistas de prevenção e os médias. Cada uma dessas entidades poderá veicular as suas mensagens preventivas através de canais adequados para o efeito.

É de sublinhar, tal como acima ficou frisado, que a eficácia e perseverança são factores importantes que devem caracterizar este processo. Aliás, é descabido conceber uma estratégia que pressupõe contribuir para a mudança de normas sociais descontínua e ineficaz, cujos resultados esperados tenderão a ser negativos.

### Formação e o empoderamento

O desenvolvimento científico-técnico tem vindo a ganhar terreno cada vez mais ao longo dos tempos, em particular nos últimos anos. A humanidade apropria-se cada dia de novas conquistas tecnológicas inerentes aos distintos sectores de desenvolvimento humano. A título de exemplo é de salientar as relevantes e reiteradas inovações das tecnologias de informação e comunicação que aproximam os entes humanos de diferentes e longínquas latitudes geográficas do mundo, corroborando assim de forma muito positiva com a tese universal de que este deixou de ser constituído por “ilhas isoladas”, mas sim por uma “aldeia global”, viabilizando a aproximação e comunicação benéfica a todos. A estratégia de

formação deve reconhecer estes factores e definir um plano de formação que vise formar e reciclar o pessoal afecto à comunicação, extensiva aos integrantes das comunidades beneficiárias; gestores e activistas e aos responsáveis das Associações Comunitárias. Deste modo serão proporcionadas informações e conhecimentos adequados aos membros dos grupos alvos anteriormente citados. A outra prerrogativa da estratégia em questão consiste na definição da tipologia e metodologia de formação a serem implementadas, com realce para a formação de formadores e elaboradas as guias de orientação e de acompanhamento.

É aconselhável evitar formações dispersas, isto é, realizadas por cada actor em particular, sem orientações de conteúdo e metodologia; por outro lado, devem-se evitar as formações pontuais, de carácter imprevisto, mas sim, há que promover formações baseadas em módulos de formação previamente concebidos para o efeito. Os seus conteúdos devem transparecer novos conceitos científico-técnicos suscetíveis de serem assimilados pelos membros dos grupos beneficiários, permitindo dessa forma, a aquisição de novos conhecimentos ou consolidação dos já existentes. Salienta-se que devem ser implicados no processo de formação como formadores os técnicos de outras áreas, de reconhecida competência no domínio.

Não se trata, assim, apenas de estímulo à aprendizagem, como processo, mas de estímulo ao alcance de resultados da aprendizagem aplicados à capacitação e modificação adaptativa e evolutiva do comportamento. É esse o nosso propósito pela formação e empoderamento.

**Inovação e entretenimento** Como inovar requer fugir dos padrões estabelecidos e manter-se flexível, a advocacia afasta as armadilhas das estruturas burocráticas, evitando principalmente as rígidas divisões, a diferenciação de unidades, os comportamentos altamente formalizados e a ênfase em planeamento formal e nos sistemas de controlo. Os processos de informação e decisão fluem de forma flexível e informal, o que inclui passar por cima da cadeia de comando se for necessário, já que a coordenação precisa ser exercida por aqueles que detêm conhecimento, ou seja, os próprios especialistas e não por aqueles que detêm somente autoridade. Como estímulo à inovação, a organização lança mão de todo um conjunto de dispositivos de ligação: inter-relacionamento de pessoal, integração de gerentes, equipas e forças-tarefas.

As diferenças dos contextos empreendedores e inovador decorrem das diferenças de complexidade e porte dos empreendimentos:

- a organização empreendedora também inova, mas de forma relativamente simples, enquanto que a organização inovadora promove inovações complexas;
  
- a organização empreendedora também mantém uma estrutura flexível e orgânica, porém restrita a situações que possam ser compreendidas e gerenciadas por um único líder, enquanto que a organização inovadora coordena os esforços de especialistas que compartilham e negociam a liderança.

A implementação das actividades de comunicação pressupõe, antes de mais, o conhecimento dos determinantes socioculturais das atitudes e comportamentos dos membros dos grupos alvos beneficiários ou de participantes. A sua evidência possibilita a adopção de uma correcta opção, quer no que refere as actividades a efectuar, quer no que concerne as características de conteúdos, produtos e das mensagens a veicular. Além disso, há que reconhecer a necessidade de apreciar a essência dos resultados obtidos, baseando-se nos objectivos previamente estabelecidos.

É nesse quadro que se deve conceber uma estratégia de pesquisa sobre os vários aspectos de intervenção programática. Com efeito, essa estratégia deverá promover a procura periódica e sistemática de dados que contribuam para ilustrar as diferentes realidades vigentes num determinado espaço temporal, inerentes aos membros de um ou outro grupo alvo ou a uma determinada característica da população objecto da pesquisa.

Considerando os factores acima mencionados, é de realçar que a estratégia de pesquisa preconizada neste plano estratégico passa por 3 etapas: 1ª etapa: realização de uma pesquisa socio-antropológica (CAP) no início da implementação do plano, com vista a determinar a realidade actual e definir os indicadores de base; 2ª etapa: realização de uma pesquisa similar ao meio percurso, ou melhor, durante a implementação do plano, com o objectivo de introduzir ajustes, correcções e adequar as actividades caso necessário, de acordo aos resultados obtidos; 3ª etapa: efectuação de uma pesquisa semelhante no término do plano, a fim de apreciar o impacto dos resultados obtidos em relação aos objectivos previamente estabelecidos.

A abordagem da informação, o diálogo e o conhecimento (comunicação) são ferramentas essenciais para qualificar a participação social na elaboração, implementação e avaliação de intervenções no âmbito da preservação do meio ambiente, assim como no desenho de projectos de intervenção directa nos contextos onde atuamos.

Aos poucos, diversos sectores deram-se conta que é preciso valorizar as experiências locais, das comunidades e de suas formas criativas de superação diante das adversidades.

Ademais, os modelos hegemónicos de desenvolvimento também passam a ser questionados.

A própria rotina da comunicação é questionada. As pesquisas passaram a mostrar que a população local aprende mais em contactos interpessoais, onde está presente o conhecimento tácito, do que os contactos mediados por aparatos técnicos de qualquer natureza.

Observou-se que a população local precisa tocar e sentir o que pode usar em sua propriedade e essa modalidade de interpelação directa com a realidade é a que mais funciona na relação de troca e aprendizagem. Não temos que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem na sua realidade como verdadeiro sujeito de transformação.

Trata-se de comunicação com a participação e tudo indica que a mudança ocorre quando as pessoas se sentem agentes do processo. O desenvolvimento, neste sentido, depende da participação e do conhecimento local, do respeito estrito da cultura e da capacidade dos agentes em assumir a mudança.

Pensamos que é possível ter uma nova compressão sobre como a comunicação pode actuar no processo de pesquisa. Para começar é preciso separar o que é a informação e sabemos que o conhecimento gerado pela pesquisa é mais do que apenas um conjunto de dados e informações genéricas.

O conhecimento é o sentido que as pessoas dão às informações. Ou seja, por mais eficiente que seja a comunicação, não há domínio sobre o que as pessoas vão fazer com o que percebem. Então, se o objectivo é de se utilizar o conhecimento para ajudar as pessoas a decidir, é preciso saber como a recepção acontece nas comunidades, que se conheça o contexto da vida cotidiana onde a comunicação pode acontecer como fenómeno social e depois seleccionar as informações com as pessoas, para que elas tenham sentido no momento certo e de acordo com a realidade que vivenciam.

Sobretudo, é importante que o comunicador defina o contexto e compreenda como o conhecimento se move na realidade social, com base na cultura vigente. Muita informação não infere eficiência na comunicação e por isso é essencial entender como a sociedade reconhece e processa informações, para entender como se pode ser mais hábil no processo de aprendizagem, seja produzindo materiais apropriados, seja na actuação directa sobre o próprio conhecimento.

#### Ficha operacional de planificação anual

Resultado Anual										
1.										
2.										
Meta/s anual/is										
1.										
2.										
3.										
Planificação		Cronograma/anual Trimestre				Parceiros de Implementaçã	Orçamento			Comentário
Estratégias	Actividades Planificadas	1	2	3	4		Total	Disponív el	Não disponíve	
Eixo 1										
Eixo 2										

Eixo 3										
Eixo 4										

Anexo 1: Ficha de registo para actividades de diálogo a base comunitária

Região de ..... Sector de .....  
 Tabanca..... Nome do/a Animador/a ..... Telefone .....  
 Data ...../...../20.....

Datas	Local	Publico	Tema	Suportes	Pontos de vista ou reação	Pontos importantes	Número de

## Bibliografia